

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 187/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG187/2025

Editado por153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GOHELLEN SILVA SOUZA NEGREIROS

Atualizado em08/10/2025 12:56 (v 0.10)

StatusASSINADO

Outras informações

CategoriaII - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

Processo Administrativo23070.033527/2025-59

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNIDADE FORNEC.	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	10	UNIDADE	ÁLCOOL, ISOPROPÍLICO (ISOPROPANOL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO 99,9%, UTILIZADO EM IMPRESSORAS OFFSET ALCOLOR COM A FUNÇÃO DE QUEBRAR A TENSÃO SUPERFICIAL DA ÁGUA DO SISTEMA DE MOLHA DAS IMPRESSORAS - EMBALAGEM 1L	433818	R\$ 35,54	R\$ 355,40
2	20	UNIDADE	BOLSA, COLETORA, APLICAÇÃO LIMPEZA AR CONDICIONADO SPLIT, CASSETE, ATÉ 60.000 BTUS, COM ALÇA DE SUSTENÇÃO AJUSTÁVE L ATRAVÉS DE FEIXO DE ENGATE RÁPIDO, CONFECCIOADO EM LONA DE ALTA RESISTÊNCIA COM DRENO PARA A VAZÃO DOS RESÍDUOS. ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, ACOMPANHA MANGUEIRA CRISTAL DE 1/2" X2M COM ENGATE RÁPIDO, DIMENSÕES DO COLETOR MONTADO: LARGURA: 1,90 M / ALTURA: 64 CM / PROFUNDIDADE: 54 CM	609923	R\$ 400,39	R\$ 8.007,80
3	20	UNIDADE	BROCA, AÇO RÁPIDO, HELICOIDAL, HASTE CILÍNDRICA, CORTE A DIREITA, NORMA DIN 338, DIÂMETRO 3,5MM, APLICAÇÃO FERRO	319896	R\$ 7,91	R\$ 158,20
4	47	UNIDADE	CAPACITOR, MICRO-ONDAS, CAPACITÂNCIA: 0,85 UF, TENSÃO MÁXIMA: 2100VAC, 2 TERMINAIS 5MM, FREQUÊNCIA: 50/60HZ, TEMPERATURA DA OPERAÇÃO: 0°C A 85°C	604202	R\$ 123,50	R\$ 5.804,50
5	100	UNIDADE	CONECTOR, SINDAL, BITOLA DO FIO: ATÉ 10MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 30 A, VOLTAGEM: 600 V, 2 BORNES, COR BRANCO, LINHA RONDAL	295707	R\$ 8,43	R\$ 843,00
6	100	UNIDADE	CONECTOR, SINDAL, BITOLA ATÉ 6MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 25 A, VOLTAGEM: 600 V, 2 BORNES, COR BRANCO, LINHA: RONDAL, FURO DE FIXAÇÃO	295707	R\$ 4,44	R\$ 444,00
7	20	UNIDADE	CONECTOR, SINDAL, BITOLA ATÉ 6MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 25 A, VOLTAGEM: 600 V, NÚMERO DE BORNES: 3 BORNES, CORES: BRANCO, LINHA: RONDAL, FURO DE FIXAÇÃO	339934	R\$ 7,90	R\$ 158,00
			CONTROLADOR, TEMPERTRURA DIGITAL, NOVUS N1030 -PR, VERSÃO NA ALIMENTAÇÃO 100~240 VCA 48~240 VCC ESPECIFICAÇÕES: DIMENSÕES: ..... 48 X 48 X 35 MM PESO APROXIMADO: .....60 G ALIMENTAÇÃO: ..... 100 A 240 VCA (±10 %), 50/60 HZ ..... 48 A 240 VCC (±10 %) OPCIONAL 24 V: ..... 12 A 24 VCC / 24 VCA (-10 % /			

8	10	UNIDADE	+20 %) CONSUMO MÁXIMO:..... 5 VA CONDIÇÕES AMBIENTAIS: TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ..... 0 A 50 °C UMIDADE RELATIVA: ..... 80 % @ 30 °C PARA TEMPERATURAS MAIORES QUE 30 °C, DIMINUIR 3 % POR °C USO INTERNO; CATEGORIA DE INSTALAÇÃO II, GRAU DE POLUIÇÃO 2; ALTITUDE < 2000 METROS ENTRADA .....TERMOPARES J; K; T E PT100 (CONFORME TABELA 01) RESOLUÇÃO INTERNA: ..... 32767 NÍVEIS (15 BITS) RESOLUÇÃO DO DISPLAY: ..... 12000 NÍVEIS (DE -1999 ATÉ 9999) TAXA DE LEITURA DA ENTRADA: ..... ATÉ 5 POR SEGUNDO PRECISÃO: ..... TERMOPARES J, K, T: 0,25 % DO SPAN ±1 °C (*) ..... PT100: 0,2 % DO SPAN IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: ..... PT100 E TERMOPARES: > 10 MΩ; MEDIÇÃO DO PT100:..... TIPO 3 FIOS, (R=0,00385) COM COMPENSAÇÃO DE COMPRIMENTO DO CABO ATÉ 25 M. CORRENTE DE EXCITAÇÃO DE 0,170 MA. (*) A UTILIZAÇÃO DE TERMOPARES EXIGE UM INTERVALO DE TEMPO MÍNIMO PARA ESTABILIZAÇÃO DE 15 MINUTOS. SAÍDAS: OUT1: ..... PULSO DE TENSÃO, 5 VCC / 25 MA OUT2: ..... RELÉ SPST; 1,5 A / 240 VCA / 30 VCC PAINEL FRONTAL: ..... IP65, POLICARBONATO (PC) UL94 V-2 GABINETE: ..... IP30, ABS+PC UL94 V-0 COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA: ..... EN 61326-1:1997 E EN 61326-1/A1:1998 EMISSÃO: ..... CISPR11/EN55011 IMUNIDADE: ..... EN61000-4-2, EN61000-4-3, EN61000-4-4, EN61000-4-5, EN61000-4-6, EN61000-4- 8 E EN61000-4-11 SEGURANÇA: ..... EN61010-1:1993 E EN61010-1/A2: 1995 CONEXÕES PRÓPRIAS PARA TERMINAIS TIPO PINO; CICLO PROGRAMÁVEL DE PWM: DE 0.5 ATÉ 100 SEGUNDOS; INICIA OPERAÇÃO: APÓS 3 SEGUNDOS DE ALIMENTADO; CERTIFICAÇÃO: CE.	463045	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00
9	100	UNIDADE	FLUXO SOLDA, LIQUIDO, TRANSPARENTE, DENSIDADE: 0,790 A 0,810 G /CM³ Á 25°C, QUANTIDADE: 500ML, É INDICADO PARA FLUXAGEM DE PEÇAS A BASE DE COBRE OU ESTANHADAS, ONDE NÃO PODE HAVER RESÍDUOS CORROSIVOS E/OU RESINAS DE COLOFÔNIA, DISPENSA A LAVAGEM DA PEÇA APÓS A SOLDAGEM E O USO DE SOLVENTES DE LIMPEZA NOCIVOS À CAMADA DE OZÔNIO DA ATMOSFERA	219142	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
10	100	UNIDADE	FLUXO, SOLDA, PASTOSO, TIPO: SERINGA, VOLUME: 10CC OU 10ML, PARA SOLDAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EM GERAL, PRINCIPALMENTE SMD, ALTA VISCOSIDADE QUE PODE SER USADO PARA REBALLING, OU PARA FIXAÇÃO DAS ESFERAS PARA BGA,CGA E CSP EM OPERAÇÕES DE RETRABALHO	219162	R\$ 16,99	R\$ 1.699,00
11	3	FRASCO	GRAXA, SILICONE, APLICAÇÃO DESSECADOR, COR BRANCA, ASPECTO CONSISTENTE, TEMPERATURA DE TRABALHO - 50 A 200°C - FRASCO 50G GRAXA DESENVOLVIDA PARA LUBRIFICAÇÃO E FECHAMENTO DA TAMPA DO DESSECADOR A VÁCUO PARA QUE A TAMPA SEJA FECHADA DE FORMA HERMÉTICA E O CONTEÚDO SEJA ISOLADO COMPLETAMENTE DO MEIO EXTERNO. CARACTERÍSTICAS: - BOA CAPACIDADE DE LUBRIFICAÇÃO E VEDAÇÃO. - BAIXA VOLATILIDADE PARA "SEGURAR" ALTO VÁCUOS. - NONMELTING. - BOA ESTABILIDADE TÉRMICA. - EXCELENTE RESISTÊNCIA À ÁGUA, PRODUTOS QUÍMICOS, ALTA E BAIXAS TEMPERATURAS. APLICAÇÕES: - SELA E LUBRIFICA EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO QUÍMICO. - LUBRIFICA EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO. - LUBRIFICA VÁLVULAS, VÁLVULAS DE CONTROLE DE FLUXO, ROLAMENTOS, TORNEIRAS, VÁLVULAS DE PLUGUE DE CERÂMICA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, EQUIPAMENTOS DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA, JUNTAS DE BORRACHA SINTÉTICA E VEDAÇÕES EM APLICAÇÕES DE ALTA TEMPERATURA. - SISTEMAS DE VÁCUO E VEDAÇÃO DE PRESSÃO. - LUBRIFIQUE AS JUNTAS DE BORRACHA SINTÉTICA E VEDAÇÕES EM APLICAÇÕES DE ALTA TEMPERATURA. - LUBRIFICANTES O-RINGS EM BINÓCULOS E TELESCÓPIOS. - EVITA O EMBAÇAMENTO DAS LENTES DELICADAS.	611667	R\$ 26,83	R\$ 80,49
12	5	UNIDADE	LABORATÓRIO, FABRICAÇÃO PCI PLACA CIRCUITO IMPRESSO, MODELO SUEKIT CK-11 CONTEM NO KIT: 1 CORTADOR DE PLACAS 1 CANETA PARA TRAÇAGEM 1 PERCLORETO DE FERRO PF-3 1 VASILHAME PARA CORROSÃO 1 SUPORTE PARA PLACA DE CIRCUITO 1 PERFURADOR DE PLACA 1 PLACA DE FENOLITE 100MM X 100MM 1 SUPORTE PARA FERRO DE SOLDA 1 ALICATE DE CORTE 1 SUGADOR DE SOLDA 1 ESTANHO PARA SOLDA 4M 1 ESTOJO DE MADEIRA COMPOSIÇÃO: METAL / PLÁSTICO /	459840	R\$ 344,99	R\$ 1.724,95

			MADEIRA ORIGEM: BRASIL TAMANHO: 300MM LARGURA X 220MM PROFUNDIDADE X 75MM ALTURA PESO: 1757G			
13	150	UNIDADE	LÂMPADA, HALOGENA, MICROSCÓPIO, TENSÃO: 6V, POTENCIA: 30W, VIDA ÚTIL: 100 HORAS, MATERIAL DO BULBO: SEM FILTRO UV DE QUARTZO, TEMPERATURA DA COR: 3200°K, BASE: DOIS POLOS (G4), LÂMPADA UTILIZADA EM MICROSCÓPIOS NIKON, LUPAS E ILUMINAÇÃO. E200, E100, LABOPHOT 2, TS-100, CI, E400 ENTRE OUTROS	372300	R\$ 62,78	R\$ 9.417,00
14	100	UNIDADE	LÂMPADA, HALÓGENA, TENSÃO NOMINAL 6V, POTÊNCIA NOMINAL 20W, SOQUETE: G4, APLICAÇÃO MICROSCÓPIO, COMPATÍVEL COM OLYMPUS/ NYKON	384715	R\$ 48,74	R\$ 4.874,00
15	80	UNIDADE	LÂMPADA, PROJETO, COMPLETA COM ALOJAMENTO (CARÇAÇA), APLICAÇÃO EPSON, MODELO W10+ ELPLP58, PART - V13H010L58, POTENCIA: 200W, VIDA ÚTIL APROXIMADA: ATÉ 5.000 HORAS (MODO ECONÔMICO), LÂMPADA TIPO UHE.	415440	R\$ 257,77	R\$ 20.621,60
16	90	UNIDADE	LÂMPADA, PROJETO, COMPLETA, ALOJAMENTO (CARÇAÇA), APLICAÇÃO EPSON, MODELO W 12+ ELPLP 67, TIPO: UHE, POTENCIA: 200W, VIDA UTIL: ATÉ 2.000 HORAS (MODO ECONÔMICO), COMPATÍVEL COM PROJETOES: EPSON X12, EPSON X14, EPSON S12+	428352	R\$ 257,39	R\$ 23.165,10
17	10	UNIDADE	LAMPADA, PROJETO, COMPLETA, POTENCIA NOMINAL 200W, CARÇAÇA EPSON W42+ ELPLP96, TIPO: UHE	605800	R\$ 253,20	R\$ 2.532,00
18	100	UNIDADE	LIMPADOR, CONTATO ELÉTRICO, TIPO SPRAY 300ML, IDEALIZADO PARA SER APLICADO EM CONEXÕES ELETROELETRÔNICAS. COMPOSTAS POR SOLVENTES ALIFÁTICOS, SUA FUNÇÃO PRIMORDIAL É RECUPERAR A CONDUTIVIDADE ELÉTRICA REMOVENDO A FULIGEM, GRAXA E UMIDADE. NÃO PREJUDICA A CAMADA DE OZÔNIO. NÃO CONTÉM CFC. EMBALAGEM: 300 ML. PESO: 0.50 KG. APLICAÇÃO: SISTEMAS DE IGNIÇÃO, INJEÇÃO ELETRÔNICA E RELÊS; POTENCIÔMETROS, CABEÇOTES MAGNÉTICOS, DISJUNTORES E CHAVES ELÉTRICAS; CIRCUITOS IMPRESSOS, COMPUTADORES E IMPRESSORAS; EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS	369251	R\$ 20,18	R\$ 2.018,00
19	5	UNIDADE	MAÇARICO, SOLDA, AUTOMÁTICO, PORTÁTIL, COM MANGUEIRA, EXTENSÃO 1,5M, TURBO TORCH, TEMPERATURA MÁXIMA 1.650°C, GÁS UTILIZADO, MAPP E PROPANO	479868	R\$ 368,90	R\$ 1.844,50
20	30	UNIDADE	MALHA DESSOLDADORA, TIPO FITA, COMPRIMENTO 1,5M, LARGURA 3MM, COBRE PROFISSIONAL LIMPEZA PLACAS ELETRÔNICAS RETRABALHO DE SOLDAGEM SUGA DESSOLDA ESTANHO RETIRADA SOLDA REMOÇÃO DE CURTO COMONNETES ELETRÔNICOS CI SMD	601207	R\$ 29,50	R\$ 885,00
21	5	CENTO	PARAFUSO, SEXTAVADO, FERRO, ROSCA INTEIRA 1/4 X 1", CENTO	278293	R\$ 26,90	R\$ 134,50
22	5	CENTO	PARAFUSO, SEXTAVADO, FERRO, ROSCA INTEIRA 1/4" X 1/2", CENTO	457746	R\$ 24,00	R\$ 120,00
23	30	UNIDADE	PONTEIRA, TIPO CÔNICA, PARA FERRO SOLDA, 30W	482975	R\$ 18,00	R\$ 540,00
24	1000	UNIDADE	REBITE, TIPO REPUXO, MATERIAL ALUMÍNIO 3,2MM X 12MM, Nº312, COR PRETO	480801	R\$ 0,08	R\$ 80,00
25	60	UNIDADE	RETENTOR, ORIGINAL, W10791633, APLICAÇÃO LAVADORA BRASTEMP E CONSUL	408385	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
26	60	UNIDADE	ROLAMENTO, 6006-2RS, APLICAÇÃO LAVADORA BRASTEMP, CONSUL, MONDIAL CLEAN, CÓDIGOS: 326075950 / W10897149	472470	R\$ 35,00	R\$ 2.100,00
27	30	UNIDADE	SOLDA, CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 60X40, DIÂMETRO DO ESTANHO EM FIO: 1,0MM, COMPOSIÇÃO DO ESTANHO EM FIO: 60X40, PERCENTUAL DE ESTANHO: 60%, PERCENTUAL DE CHUMBO DO ESTANHO EM FIO: 40%, INDICADO PARA SOLDAR COMPONENTES ELETRÔNICOS. POSSUI FLUXO RA COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES AGRESSIVOS PARA SUPERFÍCIES MODERADAMENTE OXIDADAS. O RESÍDUO DE FLUXO RA É CORROSIVO E DEVERÁ SER REMOVIDO LOGO QUE POSSÍVEL APÓS A REFUSÃO PARA EVITAR DANOS NA SUA MONTAGEM. (ROLO DE 1/2KG).	349653	R\$ 149,50	R\$ 4.485,00
28	30	UNIDADE	SOLDA, ESTANHO, FIO DE 0,5MM, COMPOSIÇÃO (63X37) 63% ESTANHO E 37% CHUMBO (LARANJA), FLUXO RA (T2) COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES PARA SUPERFÍCIES OXIDADAS, ROLO 500G	361478	R\$ 307,00	R\$ 9.210,00
29	12	UNIDADE	SUPORTE, ROTATIVO, APLICAÇÃO PLACAS ELETRÔNICAS EF-390 MODELO: EF-390 MATERIAL: ABS + METAL AJUSTÁVEL: PARA PLACAS DE ATÉ 20CM DE COMPRIMENTO POR 14CM DE LARGURA PESO LÍQUIDO: 450G BASE DE METAL SÓLIDO E ABS 360 GRAUS FÁCIL PARA VIRAR A PLACA AJUSTÁVEL TAMANHO PARA ACOMODAR VÁRIOS TAMANHOS DE PLACA DE ATÉ 200MM DE LARGURA E ATÉ 3MM DE ESPESSURA EQUIPADO COM 4 PÉS DE BORRACHA SOB A BASE DE ASSEGURAR A	234178	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00

			ESTABILIDADE LEVE E PORTÁTIL IDEAL PARA FIXAÇÃO DE PCB PARA SOLDA SEGURA A PLACA FALICITANDO O TRABALHO DE REPARO, SOLDAGEM OU DESOLDAGEM NA PLACA EM QUALQUER LADO DA PLACA.			
30	500	UNIDADE	TERMINAL, COMPRESSÃO, 10MM M6: DADOS TÉCNICOS: MODELO (AT7217), BITOLA FIO 10MM, PARAFUSO M6 1/4, DIMENSÕES: 29 X 10 X 7 X 5 X 7 (L X W X ØF X DI X DE), UM FURO, SEM ISOLAÇÃO, MATERIAL COBRE, TRATAMENTO TÉRMICO ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO, OS TERMINAIS A COMPRESSÃO PODEM SER APLICADOS EM CONEXÕES DE PAINÉIS ELÉTRICOS, LIGAÇÕES DE CHAVES DISJUNTORES, MOTORES, MÁQUINAS, BARRAMENTOS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA ENTRE OUTRAS.	325744	R\$ 0,94	R\$ 470,00
31	500	UNIDADE	TERMINAL, COMPRESSÃO, 6MM M6: DADOS TÉCNICOS: MODELO (AT7210-07), BITOLA FIO 4 A 6MM, PARAFUSO M6 1/4, DIMENSÕES: 27 X 10 X 7 X 3,6 X 5,6 (L X W X ØF X DI X DE), UM FURO, SEM ISOLAÇÃO, MATERIAL COBRE, TRATAMENTO TÉRMICO ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO. OS TERMINAIS A COMPRESSÃO PODEM SER APLICADOS EM CONEXÕES DE PAINÉIS ELÉTRICOS, LIGAÇÕES DE CHAVES DISJUNTORES, MOTORES, MÁQUINAS, BARRAMENTOS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA ENTRE OUTRAS.	325744	R\$ 0,55	R\$ 275,00
32	500	UNIDADE	TERMINAL, TIPO MACHO, PRÉ ISOLADO, 6,0MM 6,3X0,8: ISOLAÇÃO PVC, COR AMARELA, ENCAIXE W 6,3 X 0.80MM, SEÇÃO FIO: 4, 6MM², MATERIAL CONEXÃO: LATÃO, ACABAMENTO: ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO. OS TERMINAIS DO TIPO MACHO SÃO DESENVOLVIDOS PARA FACILITAR A CONEXÃO EM TERMINAIS FÊMEA, OU EM BORNES. O TERMINAL ALÉM DE FACILITAR TAMBÉM DEIXA AS CONEXÕES MUITO MAIS SEGURAS E MELHOR FIXADAS.	325744	R\$ 0,61	R\$ 305,00
33	30	GALÃO	THINNER, VOLUME 2.750 OU EQUIVALENTE. COMPOSIÇÃO: ÉSTERES E CETONAS E SOLVENTES DE FONTES RENOVÁVEIS (ÁLCOOL ETÍLICO, ACETATO DE SEC- BUTILA, MISTURA DE HIDROCARBONETOS, MEK PLUS E, ACETATO DE ISOPENTILA, DIACETONA ÁLCOOL), GALÃO DE 5 LITROS	619549	R\$ 101,22	R\$ 3.036,60
34	20	UNIDADE	VELA IGNIÇÃO, NGK-BPMR7A, DIÂMETRO DA ROSCA 14MM; COMPRIMENTO DA ROSCA: 9,5MM (3/8); SEXTAVADO: 19MM (3/4) GAP: 0,7 MM (.028), APLICAÇÃO MOTOSERRA STIHL, REPOSIÇÃO	361240	R\$ 46,62	R\$ 932,40
35	20	UNIDADE	VELA IGNIÇÃO, NGK-CMR6A, DIÂMETRO DA ROSCA 10 M, COMPRIMENTO DA ROSCA 9,5 MM (3/8"), SEXTAVADO 16 MM (5/8"), GAP 0,6 MM (.024"), APLICAÇÃO ROÇADEIRA STIHL, HONDA, REPOSIÇÃO	618313	R\$ 29,52	R\$ 590,40
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 118.431,44</b>	

#### **OBSERVAÇÕES:**

- **Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem aquisição habitual /rotineira da Administração Pública; apresentação características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

### **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável 2023/2027.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Preenchimento por todos fornecedores que participarem desta licitação da Declaração de Sustentabilidade Ambiental constante do modelo de proposta de preços do edital, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e legislação correlata ou encaminhamento juntamente com a proposta de preços de Certificação de sustentabilidade ambiental emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada comprovando a prática ações sustentáveis que colaborem para a preservação do Meio Ambiente (artigos 5º e 6º da IN Nº 1 – SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010).

### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens materiais via Registro de Preços, conforme razões justificadas:

4.3.1. não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.3.2. a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

4.3.3. a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

### **Margem de Preferência**

4.4. Os itens 29, objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10 %, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto no Anexo I da Resolução SEGES-CICS /MGI Nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) envio da nota de empenho via e-mail, em remessa única.

5.2. As solicitações/entregas dos materiais serão realizadas de forma parcelada, durante todo o período de vigência da Ata, ou seja, 12 (doze) meses, e de acordo com a demanda/solicitações feitas pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Diretoria de Manutenção de Equipamentos (DMEQ), localizada na Av. Esperança, Campus II - Samambaia (próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia-GO, CEP 74045-155. Telefones: (62) 3521-1087/1007. E-mail: rpollyana@ufg.br.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; .

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20 **Considerando que a UFG é consumidora final (não contribuinte) do ICMS**, o Contratado é o contribuinte responsável pelo recolhimento do ICMS-DIFAL. Sendo assim, juntamente com a Nota Fiscal, o Contratado deverá apresentar a Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), devidamente quitada, sempre que aplicável.

8.21 A não apresentação da Nota Fiscal juntamente com a Guia de Recolhimento do ICMS DIFAL, quando aplicável, suspenderá os prazos para liquidação e pagamento da despesa até a regularização documental da transação, conforme o artigo 7º, § 4º, da IN SEGES /ME nº 77/2022.

#### **Prazo de pagamento**

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

8.29. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.29.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.29.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.29.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/08/2025.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

*9.3.1. Valores unitários: tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

#### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 05% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica.**

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Comprovar o fornecimento de, no mínimo, metade das unidades dos itens em que der lance

9.31.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$. 118.431,44 (cento e dezoito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 .

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [ exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Goiânia, na data da assinatura digital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e In

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS**

DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS



Assinou eletronicamente em 08/10/2025 às 12:56:09.





# Estudo Técnico Preliminar 231/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23070.033527/2025-59

## 2. Descrição da necessidade

A fim de que as atividades institucionais tenham continuidade e que o interesse público seja preservado, é responsabilidade da administração pública gerir e preservar seu patrimônio, sejam bens móveis ou imóveis. Nesse sentido, o presente ETP visa a **aquisição de MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO (CAPACITOR, GRAXA, ETC) para serem utilizados na Diretoria de Manutenção de Equipamentos (DMEQ), diretoria vinculada à Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA/UFG).**

Os itens deverão ser entregues na Diretoria de Manutenção de Equipamentos (DMEQ), localizada na Av. Esperança, Campus II - Samambaia (próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia-GO, CEP 74045-155. Telefones: (62) 3521-1087/1007. E-mail: rpollyana@ufg.br.

Os bens objeto da presente contratação são comuns, se enquadrando na definição constante do art. 6º, inciso XIII, da lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os suprimentos deverão ser compatíveis com suas referências e códigos. Deverão ainda, ser novos e originais de fábrica. Deverão ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta, contendo, no mínimo, as indicações da marca.

4.2 A CONTRATADA não poderá alterar a marca, unidade física e valor dos itens ofertados em sua proposta eletrônica. A alteração da marca, mediante justificativa fundamentada e desde que seja similar ou superior a marca proposta, poderá ser apreciada.

4.3 Para avaliação das propostas pela equipe técnica da SEINFRA/UFG, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar, juntamente com a proposta, prova de conceito do bem através do envio de CATÁLOGO/FOLDER/PROSPECTO do bem ofertado.

## 5. Levantamento de Mercado

A praxe de grande parte das instituições de ensino e inclusive de outros órgãos federais regionais e nacionais é que, no surgimento de necessidades como a constante do tópico 2 deste ETP, a providência a ser executada é a realização de compra por meio de pregão eletrônico, registro de preços, em especial, porque as instituições não fabricam tais bens. Os itens cuja aquisição está sendo solicitada neste estudo são compatíveis com as atividades técnicas de manutenção de equipamentos a serem desenvolvidas na SEINFRA e sua descrição foi levantada

mediante observância do catálogo de material do governo federal - CATMAT e com o catálogo de materiais da UFG no SIPAC.

## 6. Descrição da solução como um todo

A contratação trata-se de aquisição/contratação de bens e/ou serviços comuns, o que justifica a realização do pregão enquanto modalidade licitatória.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas foram estimadas conforme o uso diário e anual, de acordo com a tabela a seguir, levando em consideração a descrição dos itens, as quantidades e as unidades de fornecimento:

DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CÓDIGO CATMAT	CÓDIGO SIPAC
ÁLCOOL, ISOPROPÍLICO (ISOPROPANOL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO 99,9%, UTILIZADO EM IMPRESSORAS OFFSET ALCOLOR COM A FUNÇÃO DE QUEBRAR A TENSÃO SUPERFICIAL DA ÁGUA DO SISTEMA DE MOLHA DAS IMPRESSORAS - EMBALAGEM 1L	10	UNIDADE	433818	3011002001020
BOLSA, COLETORA, APLICAÇÃO LIMPEZA AR CONDICIONADO SPLIT, CASSETE, ATÉ 60.000 BTUS, COM ALÇA DE SUSTENÇÃO AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE FEIXO DE ENGATE RÁPIDO, CONFECCIONADO EM LONA DE ALTA RESISTÊNCIA COM DRENO PARA A VAZÃO DOS RESÍDUOS. ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, ACOMPANHA MANGUEIRA CRISTAL DE 1/2" X2M COM ENGATE RÁPIDO, DIMENSÕES DO COLETOR MONTADO: LARGURA: 1,90 M / ALTURA: 64 CM / PROFUNDIDADE: 54 CM	20	UNIDADE	609923	3025000000675
BROCA, AÇO RÁPIDO, HELICOIDAL, HASTE CILÍNDRICA, CORTE A DIREITA, NORMA DIN 338, DIÂMETRO 3,5MM, APLICAÇÃO FERRO	20	UNIDADE	319896	3042000000179
CAPACITOR, MICRO-ONDAS, CAPACITÂNCIA: 0,85 UF, TENSÃO MÁXIMA: 2100VAC, 2 TERMINAIS 5MM, FREQUÊNCIA: 50/60HZ, TEMPERATURA DA OPERAÇÃO: 0°C A 85°C	47	UNIDADE	604202	3026000001329
CONECTOR, SINDAL, BITOLA ATÉ 6MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 25 A, VOLTAGEM: 600 V, 2 BORNES, COR BRANCO, LINHA: RONDAL, FURO DE FIXAÇÃO	100	UNIDADE	295707	3026000002677

<p>CONECTOR, SINDAL, BITOLA ATÉ 6MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 25 A, VOLTAGEM: 600 V, NÚMERO DE BORNES: 3 BORNES, CORES: BRANCO, LINHA: RONDAL, FURO DE FIXAÇÃO</p>	20	UNIDADE	295707	3026000002678
<p>CONECTOR, SINDAL, BITOLA DO FIO: ATÉ 10MM², ISOLAÇÃO: PR - PORCELANA ATÉ 350°C, CORRENTE: 30 A, VOLTAGEM: 600 V, 2 BORNES, COR BRANCO, LINHA RONDAL</p>	100	UNIDADE	339934	3026000002675
<p>CONTROLADOR, TEMPERATURA DIGITAL, NOVUS N1030 -PR, VERSÃO NA ALIMENTAÇÃO 100~240 VCA 48~240 VCC</p> <p>ESPECIFICAÇÕES: DIMENSÕES: ..... 48 X 48 X 35 MM PESO APROXIMADO: .....60 G</p> <p>ALIMENTAÇÃO: .....100 A 240 VCA (±10 %), 50/60 HZ ..... 48 A</p> <p>240 VCC (±10 %) OPCIONAL 24 V: ..... 12 A 24 VCC / 24 VCA (-10 % / +20 %) CONSUMO MÁXIMO:.....</p> <p>5 VA CONDIÇÕES AMBIENTAIS: TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ..... 0 A 50 °C UMIDADE RELATIVA: ..... 80 %</p> <p>@ 30 °C PARA TEMPERATURAS MAIORES QUE 30 °C, DIMINUIR 3 % POR °C USO INTERNO; CATEGORIA DE INSTALAÇÃO II, GRAU DE POLUIÇÃO 2; ALTITUDE &lt; 2000 METROS ENTRADA .....TERMOPARES J; K; T E PT100 (CONFORME TABELA 01)</p> <p>RESOLUÇÃO INTERNA: ..... 32767 NÍVEIS (15 BITS) RESOLUÇÃO DO DISPLAY: ..... 12000 NÍVEIS (DE -1999 ATÉ 9999) TAXA DE LEITURA DA ENTRADA: ..... ATÉ 5 POR SEGUNDO</p> <p>PRECISÃO: ..... TERMOPARES J, K, T: 0,25 % DO SPAN ±1 °C (*)</p> <p>..... PT100: 0,2 % DO SPAN IMPEDÂNCIA DE ENTRADA: ..... PT100 E TERMOPARES: &gt; 10 MΩ; MEDIÇÃO DO PT100:..... TIPO 3 FIOS, (±0,00385) COM COMPENSAÇÃO DE COMPRIMENTO DO CABO ATÉ 25 M. CORRENTE DE EXCITAÇÃO DE 0,170 MA. (*) A UTILIZAÇÃO DE TERMOPARES EXIGE UM INTERVALO DE TEMPO MÍNIMO PARA ESTABILIZAÇÃO DE 15 MINUTOS. SAÍDAS: OUT1: ..... PULSO DE TENSÃO, 5 VCC / 25 MA OUT2: ..... RELÉ SPST; 1,5 A / 240 VCA / 30 VCC PAINEL FRONTAL: ..... IP65, POLICARBONATO (PC) UL94 V-2 GABINETE: ..... IP30, ABS+PC UL94 V-0 COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA: ..... EN 61326-1:1997 E</p>	10	UNIDADE	463045	3026000002611

<p>EN 61326-1/A1:1998 EMISSÃO: ..... CISPR11 /EN55011 IMUNIDADE: ..... EN61000-4-2, EN61000-4-3, EN61000-4-4, EN61000-4-5, EN61000-4-6, EN61000-4-8 E EN61000-4-11</p> <p>SEGURANÇA: ..... EN61010-1:1993 E EN61010-1/A2:1995 CONEXÕES PRÓPRIAS PARA TERMINAIS TIPO PINO; CICLO PROGRAMÁVEL DE PWM: DE 0.5 ATÉ 100 SEGUNDOS; INICIA OPERAÇÃO: APÓS 3 SEGUNDOS DE ALIMENTADO; CERTIFICAÇÃO: CE.</p>				
<p>FLUXO SOLDA, LIQUIDO, TRANSPARENTE, DENSIDADE: 0,790 A 0,810 G/CM³ Á 25°C, QUANTIDADE: 500ML, É INDICADO PARA FLUXAGEM DE PEÇAS A BASE DE COBRE OU ESTANHADAS, ONDE NÃO PODE HAVER RESÍDUOS CORROSIVOS E/OU RESINAS DE COLOFÔNIA, DISPENSA A LAVAGEM DA PEÇA APÓS A SOLDAGEM E O USO DE SOLVENTES DE LIMPEZA NOCIVOS À CAMADA DE OZÔNIO DA ATMOSFERA</p>	100	UNIDADE	219142	3026000001665
<p>FLUXO, SOLDA, PASTOSO, TIPO: SERINGA, VOLUME: 10CC OU 10ML, PARA SOLDAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EM GERAL, PRINCIPALMENTE SMD, ALTA VISCOSIDADE QUE PODE SER USADO PARA REBALLING, OU PARA FIXAÇÃO DAS ESFERAS PARA BGA,CGA E CSP EM OPERAÇÕES DE RETRABALHO</p>	100	UNIDADE	219162	3026000001666
<p>GRAXA, SILICONE, APLICAÇÃO DESSECADOR, COR BRANCA, ASPECTO CONSISTENTE, TEMPERATURA DE TRABALHO - 50 A 200°C - FRASCO 50G</p> <p>GRAXA DESENVOLVIDA PARA LUBRIFICAÇÃO E FECHAMENTO DA TAMPA DO DESSECADOR A VÁCUO PARA QUE A TAMPA SEJA FECHADA DE FORMA HERMÉTICA E O CONTEÚDO SEJA ISOLADO COMPLETAMENTE DO MEIO EXTERNO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS: - BOA CAPACIDADE DE LUBRIFICAÇÃO E VEDAÇÃO. - BAIXA VOLATILIDADE PARA "SEGURAR" ALTO VÁCUOS. - NONMELTING. - BOA ESTABILIDADE TÉRMICA. - EXCELENTE RESISTÊNCIA À ÁGUA, PRODUTOS QUÍMICOS, ALTA E BAIXAS TEMPERATURAS.</p> <p>APLICAÇÕES: - SELA E LUBRIFICA EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO QUÍMICO. - LUBRIFICA EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO. - LUBRIFICA VÁLVULAS, VÁLVULAS DE CONTROLE DE FLUXO, ROLAMENTOS, TORNEIRAS, VÁLVULAS DE PLUGUE DE CERÂMICA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, EQUIPAMENTOS DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA, JUNTAS DE BORRACHA SINTÉTICA E VEDAÇÕES EM APLICAÇÕES DE ALTA</p>	3	UNIDADE	611667	3011002001317

TEMPERATURA. - SISTEMAS DE VÁCUO E VEDAÇÃO DE PRESSÃO. - LUBRIFIQUE AS JUNTAS DE BORRACHA SINTÉTICA E VEDAÇÕES EM APLICAÇÕES DE ALTA TEMPERATURA. - LUBRIFICANTES O-RINGS EM BINÓCULOS E TELESCÓPIOS. - EVITA O EMBACAMENTO DAS LENTES DELICADAS				
LABORATÓRIO, FABRICAÇÃO PCI PLACA CIRCUITO IMPRESSO, MODELO SUEKIT CK-11 CONTEM NO KIT: 1 CORTADOR DE PLACAS 1 CANETA PARA TRAÇAGEM 1 PERCLORETO DE FERRO PF-3 1 VASILHAME PARA CORROSÃO 1 SUPORTE PARA PLACA DE CIRCUITO 1 PERFURADOR DE PLACA 1 PLACA DE FENOLITE 100MM X 100MM 1 SUPORTE PARA FERRO DE SOLDA 1 ALICATE DE CORTE 1 SUGADOR DE SOLDA 1 ESTANHO PARA SOLDA 4M 1 ESTOJO DE MADEIRA COMPOSIÇÃO: METAL / PLÁSTICO / MADEIRA ORIGEM: BRASIL TAMANHO: 300MM LARGURA X 220MM PROFUNDIDADE X 75MM ALTURA PESO: 1757G	5	UNIDADE	618723	3042000000732
LÂMPADA, HALOGENA, MICROSCÓPIO, TENSÃO: 6V, POTENCIA: 30W, VIDA ÚTIL: 100 HORAS, MATERIAL DO BULBO: SEM FILTRO UV DE QUARTZO, TEMPERATURA DA COR: 3200°K, BASE: DOIS POLOS (G4), LÂ MPADA UTILIZADA EM MICROSCÓPIOS NIKON, LUPAS E ILUMINAÇÃO. E200, E100, LABOPHOT 2, TS10 0, CI, E400 ENTRE OUTROS	150	UNIDADE	372300	3026000000174
LÂMPADA, HALÓGENA, TENSÃO NOMINAL 6V, POTÊNCIA NOMINAL 20W, SOQUETE: G4, APLICAÇÃO MICROSCÓPIO, COMPATÍVEL COM OLYMPUS/ NYKON	100	UNIDADE	384715	3026000000175
LÂMPADA, PROJETOR, COMPLETA COM ALOJAMENTO (CARÇA), APLICAÇÃO EPSON, MODELO W10+ ELPLP58, PART - V13H010L58, POTENCIA: 200W, VIDA ÚTIL APROXIMADA: ATÉ 5.000 HORAS (MODO ECONÔMICO), LÂMPADA TIPO UHE.	80	UNIDADE	415440	3029000000025
LÂMPADA, PROJETOR, COMPLETA, ALOJAMENTO (CARÇA), APLICAÇÃO EPSON, MODELO W 12+ ELPLP 67, TIPO: UHE, POTENCIA: 200W, VIDA UTIL: ATÉ 2.000 HORAS (MODO ECONÔMICO), COMPATÍVEL COM PROJETOES: EPSON X12, EPSON X14, EPSON S12+	90	UNIDADE	428352	3029000000021
LAMPADA, PROJETOR, COMPLETA, POTENCIA NOMINAL 200W, CARÇA EPSON W42+ ELPLP96, TIPO: UHE	10	UNIDADE	605800	3029000000113

LIMPADOR, CONTATO ELÉTRICO, TIPO SPRAY 300ML, IDEALIZADO PARA SER APLICADO EM CONEXÕES ELETROELETRÔNICAS. COMPOSTAS POR SOLVENTES ALIFÁTICOS, SUA FUNÇÃO PRIMORDIAL É RECUPERAR A CONDUTIVIDADE ELÉTRICA REMOVENDO A FULIGEM, GRAXA E UMIDADE. NÃO PREJUDICA A CAMADA DE OZÔNIO. NÃO CONTÉM CFC. EMBALAGEM: 300 ML. PESO: 0.50 KG. APLICAÇÃO: SISTEMAS DE IGNIÇÃO, INJEÇÃO ELETRÔNICA E RELÊS; POTENCIÔMETROS, CABEÇOTES MAGNÉTICOS, DISJUNTORES E CHAVES ELÉTRICAS; CIRCUITOS IMPRESSOS, COMPUTADORES E IMPRESSORAS; EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS	100	UNIDADE	369251	3024000000111
MAÇARICO, SOLDA, AUTOMÁTICO, PORTÁTIL, COM MANGUEIRA, EXTENSÃO 1,5M, TURBO TORCH, TEMPERATURA MÁXIMA 1.650°C, GÁS UTILIZADO, MAPP E PROPANO	5	UNIDADE	479868	3042000000796
MALHA DESSOLDADORA, TIPO FITA, COMPRIMENTO 1,5M, LARGURA 3MM, COBRE PROFISSIONAL LIMPEZA PLACAS ELETRÔNICAS RETRABALHO DE SOLDAGEM SUGA DESSOLDA ESTANHO RETIRADA SOLDA REMOÇÃO DE CURTO COMPONENTES ELETRÔNICOS CI SMD	30	UNIDADE	601207	3025000000755
Parafuso Sextavado Ferro UNC Rosca Inteira 1/4 x 1/2" cento	5	CAIXA	457746	3024000002831
Parafuso Sextavado Ferro UNC Rosca Inteira 1/4 x 1" cento	5	CAIXA	278293	3024000002832
PONTEIRA, TIPO CÔNICA, PARA FERRO SOLDA, 30W	30	UNIDADE	482975	3026000002595
REBITE, TIPO REPUXO, MATERIAL ALUMÍNIO 3,2MM X 12MM, Nº312, COR PRETO	1000	UNIDADE		3024000002421
RETENTOR, ORIGINAL, W10791633, APLICAÇÃO LAVADORA BRASTEMP E CONSUL	60	UNIDADE	408385	3025000000848
ROLAMENTO, 6006-2RS, APLICAÇÃO LAVADORA BRASTEMP, CONSUL, MONDIAL CLEAN, CÓDIGOS: 326075950 / W10897149	60	UNIDADE	472470	3025000000849
SOLDA, CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 60X40, DIÂMETRO DO ESTANHO EM FIO: 1,0MM,				

COMPOSIÇÃO DO ESTANHO EM FIO: 60X40, PERCENTUAL DE ESTANHO: 60%, PERCENTUAL DE CHUMBO DO ESTANHO EM FIO: 40%, INDICADO PARA SOLDAR COMPONENTES ELETRÔNICOS. POSSUI FLUXO RA COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES AGRESSIVOS PARA SUPERFÍCIES MODERADAMENTE OXIDADAS. O RESÍDUO DE FLUXO RA É CORROSIVO E DEVERÁ SER REMOVIDO LOGO QUE POSSÍVEL APÓS A REFUSÃO PARA EVITAR DANOS NA SUA MONTAGEM. (ROLO DE 1/2KG).	30	UNIDADE	370651	3026000001681
SOLDA, ESTANHO, FIO DE 0,5MM, COMPOSIÇÃO (63X37) 63% ESTANHO E 37% CHUMBO (LARANJA), FLUXO RA (T2) COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES PARA SUPERFÍCIES OXIDADAS, ROLO 500G	30	UNIDADE	367332	3026000001682
SUPORTE, ROTATIVO, APLICAÇÃO PLACAS ELETRÔNICAS EF-390 MODELO: EF-390 MATERIAL: ABS + METAL AJUSTÁVEL: PARA PLACAS DE ATÉ 20CM DE COMPRIMENTO POR 14CM DE LARGURA PESO LÍQUIDO: 450G BASE DE METAL SÓLIDO E ABS 360 GRAUS FÁCIL PARA VIRAR A PLACA AJUSTÁVEL TAMANHO PARA ACOMODAR VÁRIOS TAMANHOS DE PLACA DE ATÉ 200MM DE LARGURA E ATÉ 3MM DE ESPESSURA EQUIPADO COM 4 PÉS DE BORRACHA SOB A BASE DE ASSEGURAR A ESTABILIDADE LEVE E PORTÁTIL IDEAL PARA FIXAÇÃO DE PCB PARA SOLDA SEGURA A PLACA FALCITANDO O TRABALHO DE REPARO, SOLDAGEM OU DESOLDAGEM NA PLACA EM QUALQUER LADO DA PLACA.	12	UNIDADE	386674	3025000000732
TERMINAL, COMPRESSÃO, 10MM M6: DADOS TÉCNICOS: MODELO (AT7217), BITOLA FIO 10MM, PARAFUSO M6 1/4, DIMENSÕES: 29 X 10 X 7 X 5 X 7 (L X W X ØF X DI X DE), UM FURO, SEM ISOLAÇÃO, MATERIAL COBRE, TRATAMENTO TÉRMICO ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO, OS TERMINAIS A COMPRESSÃO PODEM SER APLICADOS EM CONEXÕES DE PAINÉIS ELÉTRICOS, LIGAÇÕES DE CHAVES DISJUNTORES, MOTORES, MÁQUINAS, BARRAMENTOS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA ENTRE OUTRAS.	500	UNIDADE	325743	3026000001947
TERMINAL, COMPRESSÃO, 6MM M6: DADOS TÉCNICOS: MODELO (AT7210-07), BITOLA FIO				

4 A 6MM, PARAFUSO M6 1/4, DIMENSÕES: 27 X 10 X 7 X 3,6 X 5,6 (L X W X ØF X DI X DE), UM FURO, SEM ISOLAÇÃO, MATERIAL COBRE, TRATAMENTO TÉRMICO ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO. OS TERMINAIS A COMPRESSÃO PODEM SER APLICADOS EM CONEXÕES DE PAINÉIS ELÉTRICOS, LIGAÇÕES DE CHAVES DISJUNTORES, MOTORES, MÁQUINAS, BARRAMENTOS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA ENTRE OUTRAS.	500	UNIDADE	414514	3026000001948
TERMINAL, TIPO MACHO, PRÉ ISOLADO, 6,0 MM 6,3X0,8: ISOLAÇÃO PVC, COR AMARELA, ENCAIXE W 6,3 X 0.80MM, SEÇÃO FIO: 4, 6MM², MATERIAL CONEXÃO: LATÃO, ACABAMENTO: ESTANHADO, PARA CABOS CONDUTORES, POSSUI ALTA CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E RESISTÊNCIA À CORROSÃO, ÓTIMO CONTATO ELÉTRICO COM ÁREA DE CONEXÃO POR COMPRESSÃO. OS TERMINAIS DO TIPO MACHO SÃO DESENVOLVIDOS PARA FACILITAR A CONEXÃO EM TERMINAIS FÊMEA, OU EM BORNES. O TERMINAL ALÉM DE FACILITAR TAMBÉM DEIXA AS CONEXÕES MUITO MAIS SEGURAS E MELHOR FIXADAS.	500	UNIDADE	429683	3026000001945
THINNER, VOLUME 2.750 OU EQUIVALENTE. COMPOSIÇÃO: ÉSTERES E CETONAS E SOLVENTES DE FONTES RENOVÁVEIS (ÁLCOOL ETÍLICO, ACETATO DE SEC- BUTILA, MISTURA DE HIDROCARBONETOS, MEK PLUS E, ACETATO DE ISOPENTILA, DIACETONA ÁLCOOL), GALÃO DE 5 LITROS	30	UNIDADE	619549	3024000000928
VELA IGNIÇÃO, NGK-BPMR7A, DIÂMETRO DA ROSCA 14MM; COMPRIMENTO DA ROSCA: 9,5 MM (3/8); SEXTAVADO: 19MM (3/4) GAP: 0,7MM (.028), APLICAÇÃO MOTOSERRA STIHL, REPOSIÇÃO	20	UNIDADE	361240	3025000000664
Vela ignição NGK-CMR6A -Diâmetro da Rosca - 10 mm. Comprimento da Rosca - 9,5 mm (3/8"). Sextavado - 16 mm (5/8"). Gap - 0,6 mm (.024") para roçadeira Stihl, Honda- reposição	20	UNIDADE	618313	3025000000665

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 108.206,79



Os preços de referência para esta aquisição/contratação foram determinados levando em consideração os preços registrados para os itens no(s) Documento(s) de Formalização da Demanda (DFDs) apensados no processo (Docs. SEI 5467702, 5467704, 5467705 e 5467708).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), estabelece em seu artigo 47, inciso II, o princípio do parcelamento como obrigatório "quando for viável e economicamente vantajoso". Dessa forma, para a presente contratação, haverá o parcelamento da solução. Além disso, por se tratar de uma licitação com itens de variados tipos, pode ocorrer que um mesmo fornecedor não consiga ter todos os itens. Assim, a divisão do objeto torna a licitação mais competitiva, trazendo economia, sem prejuízo com seu parcelamento. Portanto, a licitação será realizada por itens, ampliando a participação de fornecedores.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se aplica.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional e todos os produtos a serem adquiridos foram previstos no Plano Anual de Contratações para o ano de 2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Os objetivos pretendidos em termos de economia e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis para esta aquisição são os seguintes:

1. Aprimorar a qualidade e a rapidez dos serviços públicos oferecidos à comunidade acadêmica;
2. Assegurar a execução eficiente das atividades administrativas e acadêmicas da instituição;

Em relação à eficiência, a aquisição propiciará uma maior agilidade no desempenho das atividades finalísticas, administrativas e de pesquisa realizadas pelos servidores, docentes e alunos.

Já no que diz respeito à eficácia, a aquisição dos produtos tem como objetivo proporcionar o conforto e a qualidade dos ambientes, bem como possibilitar o cumprimento das competências educacionais da Universidade Federal de Goiás frente à comunidade universitária e à sociedade em geral.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não se aplica.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Observar os dispositivos da IN 01/2010, que dispõe sobre a sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. Observar também as diretrizes estabelecidas pelo programa UFG Sustentável, que tem objetivos, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação definidos, que permitem a Universidade Federal de Goiás estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS**  
DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS



*Assinou eletronicamente em 28/07/2025 às 15:27:18.*

**ANEXO V**  
**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

*(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)*

**OU**

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)*

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de .....*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ..... *[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*
  - 2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*
- OU**
- 2.3. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*
  - 2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
  - 2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
  - 2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

- 2.7. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

**OU**

- 2.8. *O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.*

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1. São obrigações do Contratante:**

- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.

3.1.10 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17 *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

- 4.1.18 *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;*
- 4.1.19 *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 4.1.20 *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 4.1.21 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
- 4.1.22 *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 4.1.23 *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 4.1.24 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 4.1.25 *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 4.1.26 *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.*

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
  - 5.3.1 *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2 *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

**OU**

- 5.4. *A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 5.5. *A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.*
- 5.6. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*
- 5.7. *Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

**OU**

**5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.**

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3 Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão



contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**ANEXO DO EDITAL**  
**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)



## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada a \_\_\_\_\_, Fone/Fax: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, vem perante a Divisão de Licitações do Departamento de Material e Patrimônio da Universidade Federal de Goiás apresentar sua proposta de preços para venda/ fornecimento dos materiais/produtos/bens/equipamentos objeto do pregão eletrônico nº 90074/2025.

Os materiais serão entregues no endereço constante do subitem 5.4 no Termo de Referência.

A descrição, o valor unitário, marca, fabricante, unidade de medida, a quantidade, modelo, nº de registro ( no órgão competente, se cabível) para cada item da licitação supracitada, bem como o valor total da proposta seguem na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	FABRICANTE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						
<b>VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA PARA TODOS OS ITENS:</b> <b>( R\$ escrever valor ( valor numérico em moeda e por extenso))</b>						

**VALIDADE DA PROPOSTA:** Esta proposta de preços tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

**PRAZO DE ENTREGA:** O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho via e-mail.

**Para os fins legais de apresentação da presente proposta de preços firmo as seguintes declarações:**

- 1- Declaro que estou ciente de todas as condições de fornecimento e locais de entrega;
- 2- Declaro que nos valores propostos para os itens desta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/produtos;.
- 3- sob as sanções cabíveis, em observância à legislação de sustentabilidade que:

- Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Os produtos serão entregues, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas e confeccionadas a partir de produtos recicláveis, comportando o menor volume possível, e que as mesmas garantem a máxima proteção dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
- Os produtos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (restriction of certain hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- .....listar outras ações sustentáveis praticadas pela Proponente, se houver.....

Dados do representante legal ou Procurador que assinará a Ata de Registro de Preços ou Contrato Administrativo no SEI/UFG - Sistema Eletrônico de Informações ou que receberá a Nota de Empenho, para a venda dos produtos/bens/equipamentos para Universidade Federal de Goiás:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Endereço da Empresa: \_\_\_\_\_

Data de início das atividades da empresa no endereço atual: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Cargo que ocupa na empresa: \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÃO 1 :** Além de todas as lacunas deste modelo, na elaboração de sua proposta o licitante deverá obrigatoriamente incluir todas as informações e documentos solicitados no edital e termo de referência.

**OBSERVAÇÃO 2:** o prazo de validade da proposta pode ser maior que noventa dias, bastando para isso o fornecedor entender que tem condições financeiras de assim o fazer

**OBSERVAÇÕES GERAIS:** Outras informações pertinentes aos itens também poderão ser incluídos pelos fornecedores na proposta de preços.

Local/Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa  
(Preferencialmente assinatura digital)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
DIRETORIA DE COMPRAS

## ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SISTEMA SEI/UFG

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), no uso das atribuições disciplina os procedimentos para habilitação de cadastro de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG):

1. Entende-se por "usuários externos" as pessoas físicas, representantes de pessoa jurídica ou não, que necessitem peticionar, visualizar ou assinar documentos no SEI no âmbito da UFG e que não possuam acesso direto ao sistema.

**1.1.** Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:

I. Acompanhar o trâmite de processos e documentos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

II. Assinar e peticionar eletronicamente documentos de seu interesse.

**1.2.** O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no [Portal UFG Virtual](#).

**1.2.1.** O cadastro, em regra, será realizado apenas uma vez para cada pessoa física.

**1.2.2.** Em caso de perda de acesso ou inconsistência de dados um novo cadastro poderá ser solicitado, conforme procedimentos previstos no item 2 desta Orientação:

2. Para validação do cadastro de usuário externo no SEI-UFG o usuário deverá encaminhar ao e-mail: [sei@ufg.br](mailto:sei@ufg.br) cópia digital do Termo de Concordância e Veracidade, cópia digital de documento oficial de identificação com foto que contenha o número de CPF e, se representante de empresa, cópia da última atualização do Contrato Social da empresa que representa.

I. [O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) deve ser preenchido, datado, assinado e preservado pelo interessado.

a) o Termo de Concordância e Veracidade deve ser, preferencialmente, assinado com certificado digital padrão ICP-Brasil e passível de validação no verificador de conformidade do padrão de assinatura digital ICP-Brasil;

b) na impossibilidade de atendimento do item a, o usuário deverá assinar o Termo de Concordância e Veracidade, digitalizá-lo e utilizar conta de e-mail institucional de sua empresa ou instituição à qual esteja vinculado para o envio à UFG.

c) na impossibilidade de atendimento dos itens a ou b, o usuário deverá enviar além do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente assinado, a imagem pessoal digital (fotografia) com documento de identificação oficial com foto em mãos de forma a complementar a certificação de identidade do usuário.

II. O documento de identificação oficial com foto deve conter o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, se estrangeiro, Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

III. A cópia do Contrato Social ou Alteração Contratual deve ser atualizada e deve acompanhar os demais documentos quando se tratar de representante de empresa.

a) Os documentos listados nos incisos I, II e III devem ser enviados, preferencialmente, como cópias digitais coloridas.

3. O recebimento da documentação ficará registrado em processo no SEI:

3.1. O processo será iniciado com o assunto: "Informática: Cadastro de usuários externos no SEI";

3.2. Os documentos listados no item 02 serão inseridos no processo como documentos externos juntamente com a cópia do e-mail enviado pelo interessado;

3.3. O interessado será comunicado por e-mail e o processo deverá ser concluído na unidade;

3.4. Cabe ao Cidarq a instrução do processo e a validação do cadastro de usuário externo.

4. A UFG poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar para efetivação da validação do cadastro, assim como requisitar a apresentação de originais ou cópias autenticadas em cartório, definindo um prazo para o atendimento da solicitação, quando os documentos não forem suficientes para comprovação de identificação do usuário.

4.1. O credenciamento de usuário externo será indeferido ou desativado no descumprimento das exigências de apresentação de documentação solicitada pela UFG;

4.2. O cadastro de usuário externo será efetivado apenas após a apresentação dos documentos requeridos, sendo eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na entrega da documentação de inteira responsabilidade do usuário.

4.3. Digitalizações que estejam ilegíveis serão desconsideradas e o usuário será contatado para providenciar novo envio da documentação.

5. Ao obter credenciamento o usuário externo aceita incondicionalmente os termos e condições que regem o processo eletrônico e o sistema SEI e assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso do login e senha, que lhe são exclusivos, bem como pelo uso indevido do sistema.

6. Havendo suspeita de fraude no cadastro de usuário externo, assim como no uso do sistema por parte do mesmo e/ou de terceiros, o servidor que tiver conhecimento deverá comunicar às autoridades competentes para que seja instaurado procedimento investigativo para apuração dos fatos.

6.1. A instauração de procedimentos investigativos por parte de outros Órgãos não isenta a UFG da responsabilidade de apurar os fatos internamente, na instância administrativa, e de adotar ações para que os mesmos não voltem a se repetir.

7. Situações não previstas ou dúvidas referentes aos procedimentos para o cadastro externo de usuário do SEI serão dirimidas pelo Cidarq através dos telefones (62) 3521-1089/1041/1056 ou através do e-mail: [sei@ufg.br](mailto:sei@ufg.br).